



**UNDER STRICT EMBARGO: 6 June 2012, 15:30 CET**

## **Síntese para África** nas Vésperas da Cimeira Rio+20

**Crescente urbanização, globalização e fraca governação são fortes ameaças para o ambiente**

**A terra e a água enfrentam uma crescente pressão, mas políticas e parcerias inspiradoras demonstram que o progresso é possível**

Uma população urbana em rápido crescimento, a globalização e as alterações climáticas, em conjunto com uma necessidade de reforçar a governação, são alguns dos desafios que África enfrenta para que o continente possa enveredar firmemente pelo caminho em direção a um futuro sustentável.

A região mostra-se ainda atrasada no que respeita a alcançar objetivos definidos a nível internacional, ao passo que uma crescente pressão sobre os seus recursos naturais pode conduzir, e conduziu, a tensões e degradação dos recursos enquanto a população africana cresce à taxa mais rápida do mundo.

No entanto, muitos países estão a adotar políticas e projetos transfronteiriços colaborativos que contêm a semente para um futuro mais sustentável, desde um entendimento renovado do valor das florestas para os ecossistemas no Quênia, que assistiu a uma mudança na política governamental, até à rede de áreas marinhas protegidas que emergem ao longo da costa da África Ocidental.

Se ampliadas e aceleradas, estas medidas poderiam contribuir para a transição para uma Economia Verde no momento em que as nações de vários cantos do globo se preparam para a Cimeira Rio+20, a realizar este mês.

Estas são algumas das principais conclusões relativas a África salientadas no relatório Perspetivas Mundiais para o Ambiente 5 (GEO-5), que analisa a situação mundial do ambiente e acompanha o progresso realizado face aos objetivos e metas definidos.

Os objetivos internacionais de inversão da desflorestação estão afastados do bom caminho em África, com mais de três milhões de hectares perdidos anualmente devido a uma expansão das terras agrícolas para satisfazer as necessidades alimentares e, até certo ponto, a procura internacional de biocombustíveis.

Globalmente, embora a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para o abastecimento de água tenha sido alcançada em 2010, mais de 600 milhões de pessoas continuarão sem acesso a água potável em 2015. Nas cidades de África, onde centros prósperos contrastam com bairros pobres e informais, muitos governos lutam para prestar serviços sociais, incluindo o acesso a água potável e saneamento. Alcançar a segurança alimentar e energética e gerir os riscos ambientais são também desafios.

[www.unep.org/geo](http://www.unep.org/geo)



1870-2012 Saving People and the Planet



A agravar a questão estão as alterações climáticas, que podem acelerar a urbanização e exercer maior pressão sobre recursos naturais como a água doce e a terra através de fenómenos climáticos extremos.

Uma governação fraca significa que a complexa teia de questões interligadas não está a ser devidamente tratada, embora o historial de África em termos de projetos colaborativos entre governos, comunidades e partes interessadas demonstre que o progresso é possível.

A nível regional, o GEO-5 presta particular atenção às abordagens políticas, destacando políticas nacionais e regionais bem sucedidas que podem ser ampliadas e reproduzidas noutros locais. As tendências emergentes e prioridades regionais que exigem ação são também exploradas.

## **Motores**

Um aspeto central na metodologia do GEO-5 é o conceito de que as pressões ambientais só podem ser abordadas com eficácia se os motores subjacentes forem alvo de ação. O relatório defende que as políticas são mais eficazes quando abordam de forma pró-ativa as causas da degradação ambiental ao invés de reagirem aos efeitos.

### *População, urbanização e energia*

África possui a população mais jovem e que mais rapidamente cresce, aumentando a uma taxa anual de 2,15% face a mil milhões em 2009, estando a urbanização estreitamente associada. Em 2010, o número de pessoas que residia em zonas urbanas era de 395 milhões, mas as previsões da ONU apontam para 1,23 mil milhões de pessoas (60% da população total) em 2050. As alterações climáticas poderão acelerar a urbanização.

Na medida em que as zonas urbanas, que alojam metade da população mundial, utilizam dois terços da energia global e produzem 70% das emissões globais de carbono, a urbanização só irá aumentar as necessidades energéticas e as emissões poluentes de África.

### *Desenvolvimento económico*

O crescimento recente em muitos países africanos tem sido conduzido pela extração de recursos e pela expansão das infraestruturas: o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia da África Subsariana crescerá 5,4% em 2012 impulsionada por estes fatores.

O crescimento do consumo alimentar – em 2007, África testemunhou um aumento de 7% na ingestão diária de alimentos face a 1998 – constitui também um motor importante e que está ligado à urbanização, já que as necessidades alimentares das zonas urbanas são desproporcionadamente altas em termos de utilização dos solos a nível mundial.

### *Padrões da globalização*

A globalização é um motor fundamental das alterações ambientais. Por exemplo, a procura de telemóveis exerceu impacto nos países produtores. A zona oriental da República Democrática do Congo fornece 8-9% da oferta global de coltan, do qual é extraído o tântalo, um componente-chave dos telemóveis. Estas circunstâncias conduziram à extração ilegal, com suspeitas de impactos ambientais graves, como desbravamentos de terras, erosão dos solos e danos para a fauna. No entanto, a monitorização deste fenómeno é deficiente.

Uma busca urgente de fontes de energias renováveis resultou em políticas que promovem os biocombustíveis. Os investimentos externos em transações de terrenos dispararam como resultado deste fenómeno e também da procura de produtos alimentares. De acordo com valores de 2009, 45 milhões de hectares de investimentos deste tipo, 70% do total global, tiveram lugar em África.

[www.unep.org/geo](http://www.unep.org/geo)



O movimento internacional destes bens, bem como de petróleo, desencadeou um aumento dos transportes em África, que, segundo declarações da Agência Internacional da Energia em 2011, consomem globalmente 26% de toda a energia – a maioria da qual proveniente de combustíveis fósseis.

### **Estado do ambiente – Questões prioritárias**

Durante as consultas preparatórias regionais para o GEO-5, foram identificadas cinco questões ambientais prioritárias para África: Alterações climáticas; Terra; Água doce; Oceanos e mares; e Biodiversidade.

#### *Alterações climáticas*

As alterações climáticas, ao exercerem uma extrema pressão sobre os sistemas ecológicos, deverão pressionar ainda mais as populações vulneráveis nas zonas urbanas e rurais em África.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC, 1992), artigo 3.º, n.ºs 1-3, que apela às partes para evitarem as alterações climáticas e se prepararem para as mesmas, foi selecionada como o objetivo-chave para esta questão. O número de fenómenos de seca aumentou 38% entre as décadas de 1980 e 2000, com graves consequências para África, evidenciadas pela fome na África Oriental e pela crise na região do Sahel, uma vasta região semiárida que atravessa África de este a oeste. A precipitação no Sahel é influenciada por padrões na temperatura global da água do mar à superfície e por alterações em grande escala do coberto vegetal que exercem impacto nas interações terra/atmosfera, funcionando assim como ponto de interesse na perspetiva do Sistema da Terra. Em 2020, prevê-se que cerca de 75-250 milhões de africanos residam em zonas com escassez de água, o que deixa antever um potencial para mais conflitos sobre recursos hídricos.

#### **ESTUDO DE CASO: Recolha de água da chuva**

A falta de água para consumo humano, gado e culturas agrícolas tem-se revelado um forte obstáculo nas zonas áridas e semiáridas da Etiópia. Quase 80% da população não tem acesso a abastecimento doméstico de água e estima-se que 46% passe fome, mas a Etiópia tem um potencial de recolha de água da chuva equivalente às necessidades de mais de 520 milhões de pessoas. No distrito de Minjar Shenkora, na Etiópia central, os agricultores que utilizaram água recolhida para irrigação suplementar de cebolas e plântulas de cebolas obtiveram rendimentos líquidos médios de 155 dólares por parcela de 100 m<sup>2</sup>.

De igual modo, o risco de inundações em África mais do que duplicou desde 1980 e a sua região costeira está exposta ao maior risco de subidas do nível do mar previstas, em virtude da alta densidade populacional em áreas potencialmente perigosas. Episódios de chuva mais intensos, influenciados pelas alterações climáticas, contribuem para mais escoamentos de águas e inundações, ameaçando a segurança alimentar e os bairros pobres.

A recuperação e a manutenção dos ecossistemas e medidas para melhorar a resistência às secas podem revelar-se fontes valiosas de adaptação às condições climáticas e de redução e mitigação do risco de catástrofes.

#### *Terra*

A procura global de produtos alimentares, alimentos para animais e biocombustíveis está a crescer devido ao crescimento populacional, à urbanização e às mudanças dos hábitos alimentares, conduzindo a uma expansão dos terrenos agrícolas: entre 1999 e 2008, a área de território africano utilizado para fins agrícolas cresceu 30,7%, ao passo que a área utilizada para pastagens aumentou 8,5%.

O Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI) (CMDS 2002), n.º 40b, que apela ao desenvolvimento de planos integrados de gestão das terras e de utilização da água, foi selecionado como o objetivo-chave para esta questão.

[www.unep.org/geo](http://www.unep.org/geo)



Apesar de África possuir rendimentos relativamente baixos, gerando o potencial para minimizar a expansão das terras de cultivo, as alterações climáticas deverão contrariar estes esforços: na África Subsariana, prevê-se que o rendimento das culturas de trigo diminua mais de 20% e o de milho quase 5% até 2050. Globalmente, ao longo dos últimos 40 anos, cerca de 78% do aumento global da oferta agrícola deu-se através de aumentos do rendimento e de uma maior eficiência da cadeia de abastecimento. Na África Subsariana, contudo, 66% dos aumentos do rendimento ficaram a dever-se à expansão das terras.

Se outras regiões alcançaram o objetivo de inverter a desflorestação, ao longo dos últimos 10 anos África tem perdido mais de três milhões de hectares de floresta anualmente. No entanto, existem exemplos de ação por parte dos governos. A recuperação do ecossistema multisetorial, implementada com o apoio das comunidades locais que beneficiam através do acesso a produtos alimentares, combustível e lenha, mostrou-se bem sucedida na recuperação das terras de pastagem natural no Sudão e na plantação de 10.000 plântulas de mangal na Maurícia.

#### **ESTUDO DE CASO: Complexo da Floresta de Mau, Quênia**

O complexo da Floresta de Mau no Quênia fornece bens e serviços no valor de 1,5 mil milhões de dólares por ano através de água para centrais hidroelétricas, agricultura, turismo e utilização urbana e industrial, bem como controlo da erosão e fixação do carbono. Um método de contabilidade alternativo contribuiu para incentivar o governo do Quênia a investir na reabilitação da área e nos seus serviços ecológicos vitais, embora persistam desafios no que se refere a abordar os interesses das pessoas que ali vivem.

#### *Água doce*

África enfrenta desafios de peso para fornecer água suficiente à sua população, um processo impulsionado pelo aumento da procura por parte da população em crescimento, o que acentua a pressão sobre recursos que estão a tornar-se mais escassos devido a crescentes secas.

O Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI) (CMDS 2002), n.º 26c, que apela à utilização eficiente dos recursos hídricos e a uma distribuição sensata pelos setores concorrentes, foi selecionado como o objetivo-chave para esta questão.

África continua atrasada no ODM 7c, que apela a reduzir pela metade a população sem saneamento básico até 2015. Entre 1990 e 2008, a proporção de africanos sem acesso a saneamento melhorado passou de 65% para pouco menos de 60% e o número de pessoas sem acesso a água potável melhorada de 46% para 35%. O resultado é uma elevada prevalência de doenças transmitidas pela água. África apresenta a maior proporção de mortalidade infantil relacionada com diarreia, que representa 70% do total de 1,3 milhões de mortes de menores de cinco anos em 2008.

O relatório apela ao reforço da governação e ao assegurar dos direitos de acesso aos recursos, o que contribui para alcançar os ODM ao garantir que os direitos dos locais são levados em conta, proporciona um termo de referência para efetuar escolhas e, no longo prazo, incentiva a estabilidade política e promove boas relações sociais.

#### **ESTUDO DE CASO: Política de Água Básica Gratuita, África do Sul**

Na África do Sul, a Política de Água Básica Gratuita, adotada em 2001, demonstrou que as políticas podem apoiar a concretização dos ODM. Muitas famílias pobres têm agora acesso a pelo menos 25 litros de água por pessoa e por dia – o equivalente à recomendação de consumo mínimo da Organização Mundial da Saúde (OMS) –, reduzindo assim a exposição a fontes de água não potável.

## Oceanos e mares

O crescimento urbano nas zonas costeiras contribui para efluentes residenciais, descargas industriais, escoamentos de águas pluviais, lixiviação de explorações agrícolas e mineiras, infiltração de águas subterrâneas contaminadas e introdução de gases de escape industriais e de veículos no meio marinho.

O Mandato de Jacarta sobre Biodiversidade Marinha e Costeira da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que apela à conservação e utilização sustentável dos ecossistemas costeiros e marinhos, bem como dos seus recursos naturais, foi selecionado como o objetivo-chave para esta questão.

As cidades costeiras de Acra no Gana, Douala nos Camarões, Lagos e Port Harcourt na Nigéria e Luanda em Angola, por exemplo, são negativamente afetadas por poluentes industriais. Os derrames de petróleo e as descargas do transporte marítimo colocam fortes desafios a nível de gestão e regulamentação, especialmente para países produtores de petróleo como a Líbia e a Nigéria, onde os problemas se mostram graves. A exploração offshore, especialmente no caso do petróleo, contribui para a poluição através de descargas no mar, derrames de petróleo acidentais e intencionais e fugas e ruído dos motores.

As Áreas Marinhas Geridas transfronteiriças complementam uma vasta gama de objetivos nacionais de desenvolvimento e económicos – melhor segurança alimentar, governação eficaz e crescimento económico –, bem como a conservação da biodiversidade. Complementam a gestão das pescas e da qualidade da água.

### **ESTUDO DE CASO: A Rede de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental**

As Áreas Marinhas Regionais Geridas que integram zonas de proibição de capturas protegidas e outras áreas protegidas também contribuíram para a conservação da biodiversidade. A Rede de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental, que se estende por 23 locais em seis países, registou sucesso ao assegurar que as pescas, o turismo e o desenvolvimento de petróleo e gás não afetam negativamente o ecossistema marinho e os seus recursos biológicos.

## Biodiversidade

A desflorestação é uma grave ameaça para o habitat de muitas espécies, situando-se África logo atrás da América Latina e Caraíbas nas taxas de desflorestação.

No contexto dos novos Objetivos de Aichi, ao abrigo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Artigo 10.º da CDB foi selecionado como o objetivo de biodiversidade definido internacionalmente relacionado com esta questão prioritária.

Para além dos habitats florestais, o mundo perdeu 20% dos seus habitats de ervas marinhas e mangais, desde 1970 e 1980, respetivamente. África possui 17 espécies diferentes de mangais. A monitorização da biodiversidade é deficiente em África, mas um exemplo é que quase 50% das plantas medicinais analisadas em 2009 – utilizadas por 80% da população – enfrentavam a extinção.

Em particular, as políticas transfronteiriças de recursos naturais demonstraram reforçar a gestão integrada de terras e ecossistemas marinhos partilhados, minimizar a perda de biodiversidade, promover a gestão integrada de terras e água e beneficiar a atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas.

[www.unep.org/geo](http://www.unep.org/geo)



1970-2010 Saving People and the Planet





## ESTUDO DE CASO: Reserva Trinacional de Sangha

Convenções internacionais como a Reserva Trinacional de Sangha (TNS) contribuíram para reduzir a pressão. A TNS consiste em três parques nacionais situados nos Camarões, no Congo e na República Centro-Africana, e inclui concessões de exploração florestal, zonas de utilização comunitária e zonas de caça. As comunidades indígenas beneficiam do acesso sustentável a madeira, carne de animais selvagens, vinho de palmeira e peixe. Estudos biológicos revelam a existência de populações saudáveis de espécies selvagens em perigo de extinção, nomeadamente elefantes e grandes símios.

### Estado do ambiente – Outras questões

#### *Qualidade do ar*

As partículas na atmosfera, o poluente atmosférico com maior impacto na saúde humana, dão azo a fortes preocupações em África. Nas zonas rurais pobres, o acesso limitado a fogões e combustíveis mais limpos provoca impactos significativos na saúde.

Em 2004, a OMS calculava que as partículas na atmosfera tivessem causado a morte de mais de três milhões de pessoas a nível global; outras estimativas em 2009 atribuíam 40 milhões de anos de vida ajustados em função da incapacidade à utilização de combustíveis sólidos – 44% destas mortes tiveram lugar na África Subsariana. As previsões indicam que em 2030 quase três mil milhões de pessoas, na sua maioria nas zonas rurais da África Subsariana e da Ásia, continuarão a depender da biomassa tradicional para a cozinha e o aquecimento.

#### *Governança ambiental*

A existência de uma governação forte é uma questão fundamental que afeta todas as outras áreas prioritárias. Em África, a fraca liderança em questões ambientais é uma preocupação séria:

- A maioria das políticas existentes não conta com o enquadramento necessário para abordar os complexos desafios da vulnerabilidade humana às alterações climáticas;
- A ausência de uma avaliação ambiental estratégica e de sistemas de responsabilização e transparência conduziu a práticas insustentáveis de extração de recursos e conversão de terras;
- Leis, valores e interesses em conflito deterioraram a capacidade de desenvolver sistemas institucionais colaborativos, essenciais para gerir ecossistemas e responder a desafios comuns como a seca;
- Um planeamento que trata o ambiente como um conjunto de recursos separados em lugar de um sistema agregado enfraquece ainda mais a gestão ambiental.

## O caminho a seguir

Para superar os desafios de um crescimento populacional cada vez mais urbano, da globalização e das alterações climáticas, o relatório conclui que os sucessos existentes devem ser reproduzidos, embora as políticas devam ser alteradas em linha com as condições locais, nacionais e regionais.

Sinergias políticas, abordagens harmonizadas ao longo dos níveis local, nacional, regional e global e gestão transfronteiriça de recursos naturais revelaram-se estratégias bem sucedidas, embora uma monitorização insuficiente, a tomada de decisões baseada em interesses privados, uma fraca governação e uma ausência de capacidade tenham prejudicado o sucesso.

O relatório seleccionou uma série de políticas e medidas que devem ser adotadas, a vasta maioria das quais oferece benefícios em todas as questões prioritárias:

- Gestão transfronteiriça de recursos naturais;
- Áreas marinhas geridas;
- Abordagens regionais à gestão da poluição marinha;
- Pagamento por serviços ligados aos ecossistemas e compensação da biodiversidade;
- Redução das Emissões Resultantes da Desflorestação e Degradação das Florestas (REDD+);
- Gestão integrada das zonas costeiras;
- Gestão sustentável da terra;
- Uma abordagem à garantia do acesso aos recursos baseada em direitos;
- Abordagens locais, inclusivas e participativas;
- Recolha de água;
- Soluções naturais para adaptação às alterações climáticas e atenuação das mesmas;
- Gestão da poluição pelas partes interessadas.

### Para mais informações, contacte:

Nick Nuttall, Porta-Voz e Diretor em exercício, Divisão de Comunicação e Informações Públicas do PNUA, Tel. +41 795 965 737 ou +254 733 632 755 ou e-mail: [nick.nuttall@unep.org](mailto:nick.nuttall@unep.org)

Shereen Zorba, Chefe da Redação do PNUMA, Tel. 254 788 526 000 ou +254 20 762 5022 ou e-mail: [shereen.zorba@unep.org](mailto:shereen.zorba@unep.org)

Angele Luh, Responsável de Informação, Delegação Regional do PNUMA em África, Tel. +254 20 762 4292 ou +254 731 666 140 ou e-mail: [angele.luh@unep.org](mailto:angele.luh@unep.org)

[www.unep.org/geo](http://www.unep.org/geo)



1970-2013 Saving People and the Planet

